

GDF criará 5 agrovilas na periferia

30 JAN 1986

AGRICULTURA
PROBLEMA BRASILENSE

Na segunda quinzena de fevereiro o Governo do Distrito Federal publicará o primeiro edital de convocação das famílias interessadas em participar do Combinado Agro-Urbano de Brasília, uma minireforma agrária que o Governo pretende fazer em suas terras, com a criação inicial de cinco agrovilas comportando cada uma 100 famílias.

O projeto não tem o objetivo de assentar famílias sem terra apenas do Distrito Federal onde, segundo dados do próprio GDF, há cerca de 60 mil desempregados. Ele será aberto a pessoas de todo o Brasil, segundo informou ontem o assessor do Secretário de Agricultura para o Combinado Agrícola de Brasília, Waldemar Gadelha Filho.

A escolha das famílias inscritas obedecerá a critérios que incluem, em primeiro lugar, a tradição agrícola do postulante e seu interesse em voltar a ser um produtor rural; não ser proprietário de nenhum imóvel, nem no DF ou em qualquer outro Estado; e estar desempregado. A Shis, a Terracap, o BNH e outros órgãos se encarregarão de promover o levantamento da situação das famílias inscritas, para comprovar se elas não possuem imóvel, evitando assim que pessoas inescrupulosas possam ser beneficiadas pelo projeto.

Na Granja do Ipê, primeiro terreno a implantar o Combinado Agrícola, os tratores já estão preparando o terreno para o assentamento da primeira agrovila, que terá 100 casas. O projeto é do arquiteto Zanini, com aprovação de Lúcio Costa, e tem a forma parecida com a de uma sanfona.

Os terrenos para as casas serão de 1 mil metros quadrados cada um com toda a infraestrutura indispensável à manutenção das famílias como uma escola completa até o segundo grau, posto de saúde, praça de esporte, centro comunitário, casa de farinha, casa de fubá, posto de revenda de material agrícola e um supermercado da SAB.

As casas serão de taipa com piso de tijolo queimado e cobertura de telha, semelhante às casas do sertão brasileiro. O projeto original é de 43 metros qua-

drados com seis cômodos: sala, dois quartos; cozinha; banheiro; e varanda, podendo ser ampliado de acordo com o tamanho da família. O Governo dará o material e as construções serão feitas em regime de mutirão.

O quintal das casas, de 1 mil metros quadrados, será orientado para a criação de animais domésticos e plantio de hortas. Cada família terá direito, ainda, a um terreno de seis hectares (60 mil metros quadrados), no qual serão cultivadas frutas, arroz, feijão, milho e mandioca, sob orientação técnica da Emater.

Os produtos serão vendidos através de uma cooperativa dos produtores em cada agrovila, que depois os colocará no mercado do DF, através do Ceasa, Sab e Cobal. Pelos cálculos iniciais, cada família poderá obter uma renda mensal entre seis e 10 salários mínimos com a exploração dos terrenos.

A primeira agrovila começará a ser implantada em maio e o GDF já dará a terra preparada para os produtores iniciarem o plantio. Até o final do ano as cinco primeiras agrovilas já deverão estar em pleno funcionamento, ocupando toda a região do Sítio do Ipê, até o Riacho Fundo. De qualquer parte do projeto os moradores estarão distantes do Plano Piloto cerca de 45 minutos de ônibus, mas não há estudos visando a implantação de linhas diretas. Estas melhorias urbanas serão discutidas depois pelos moradores.

As terras também não serão vendidas e sim cedidas em regime de comodato. O tempo todo que a família ficar na Agrovila ela terá direito a tudo que produzir. Se decidir sair, receberá uma indenização pelas benfeitorias feitas e a terra volta a ser do Governo, que a entregará a outra família interessada.

Waldemar Gadelha Filho admite que a instalação de 500 famílias numa região onde há 60 mil desempregados é uma gota d'água no oceano. Mas acha que isso é melhor do que nada, afirmando que o DF tem terras suficientes para atender a um número muito maior de famílias antes de pensar em desapropriação. Pelos planos iniciais, 1 mil 400 famílias deverão ser assentadas até 1990.